



A propaganda ideológica sobre Ernesto Geisel em *Manchete* e *Veja*¹

Instituição: Universidade Metodista de São Paulo

Autor: Moisés Stefano Barel²

Resumo: No início da década de 1970 o Brasil viveu um período de crescimento econômico e ampla divulgação das ações governamentais através dos meios de comunicação, para tentar legitimar o Regime Militar³. O País era governado pelo general-presidente Emílio Garrastazu Médici, cuja gestão ficara conhecida como os “anos de chumbo”. Em meados de 1973 ele decide que seu sucessor no comando da República seria o general Ernesto Geisel. O objetivo deste trabalho é investigar a campanha de propaganda ideológica feita pelas revistas *Manchete* e *Veja* para apresentar aos seus leitores o novo Presidente⁴.

Palavras-chave: propaganda ideológica; propaganda política; imprensa; Ernesto Geisel.

Introdução

Este artigo é um resumo da dissertação *Ernesto Geisel e a imprensa do Brasil: A propaganda ideológica sobre o quarto Presidente do Regime Militar brasileiro (1964-1985), entre sua “eleição” e posse* – apresentada no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (*Stricto Sensu*) da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). Nele, apresentamos como os veículos de comunicação estudados trabalharam ideologicamente as notícias sobre o novo mandatário do Brasil entre 15 de janeiro (“eleição”) e 15 de março de 1974 (posse).

A escolha de Ernesto Geisel como objeto deste estudo, deu-se pelo fato de este militar ao longo de toda a vida tentar manter-se a margem dos holofotes midiáticos. A inexistência de um trabalho científico de Comunicação Social sobre este tema foi outro motivo que impulsionou a realização de tal estudo. Este artigo foi redigido em consonância

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho de Publicidade e Propaganda, do V Congresso Nacional de História da Mídia.

² Moisés Stefano Barel é Bacharel em Comunicação Social com habilitação em jornalismo (MTB 40023/SP), pela Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep); Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp) e professor do curso de Publicidade e Propaganda da Faculdade Comunitária de Limeira/SP, onde leciona as disciplinas Linguagem e Produção para Rádio e Propaganda Política.

³ A expressão Regime Militar é escrita sempre com as iniciais em letra maiúscula neste trabalho, por tratar-se da denominação de um sistema político de exceção e não de uma forma tradicional e democrática de governo.

⁴ Quando a palavra Presidente estiver sozinha e grafada com a inicial em letra maiúscula, refiro-me ao ocupante do cargo de presidente da República do Brasil.



com a técnica científica denominada pesquisa histórica que, segundo Roberto Jarry Richardson (1989, p. 199), “ocupa-se do passado do homem”.

De acordo com Tânia Regina de Luca (2005, p. 118) a escolha de um jornal ou revista como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa como instrumento de “manipulação de interesses e de intervenção na vida social; negam-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere”. A análise documental que fizemos é qualitativa e teve um universo total de 23 edições.

De Bento Gonçalves à Brasília

O primeiro registro da família Geisel aponta como seu mais antigo representante Johann Philipp Geisel, e consta no registro da comunidade evangélica de Kromberg, na Alemanha, segundo Armando Falcão (1995, p. 17). O primeiro desembarque desta família no Brasil deu-se em 1883 com Wilhelm August Geisel. Em 1889, ele trabalhava como professor em Estrela/RS e casou-se com Lydia Beckmann. Após o casamento, Wilhelm August mudou seu nome para Guilherme Augusto.

Anos depois, o casal já tinha quatro filhos: Amália, Bernardo, Henrique e Orlando. Em 1907, Guilherme Augusto trabalhava como escrivão do cartório civil de Bento Gonçalves/RS quando, aos 3 de agosto, nasceu Ernesto Geisel. Com o passar dos anos, o caçula tomou gosto pelos estudos. Um problema oftalmológico atrasou seu ingresso na 1ª série. Corria o risco de ficar cego. Conseguiu ser aceito pelo Colégio Elementar de sua cidade e, no ano seguinte, ganhou um prêmio escolar por assiduidade, dedicação e bom comportamento.

Em 1919, Ernesto concluiu o curso no Colégio Elementar. Em 1920 foi para o Exército. Depois, seguiu para a Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro em 1925. Quatro anos depois saiu como 2º tenente. Em 1930, foi designado pelo Exército para levar à Paraíba uma bateria militar. Em março de 1931 foi nomeado interventor federal do Departamento de Segurança Pública do Rio Grande do Norte. Acumulando tarefas, tornou-se um leitor compulsivo e homem admirado no meio militar e civil, aponta Falcão (1995, p. 69).

Em julho de 1932 explodiu a Revolução Constitucionalista⁵ e dela Ernesto participou. Da Paraíba, ele e os homens sob o seu comando vieram para a região do Vale do Paraíba. “Durante uma semana bombardeou as trincheiras e tropas rebeldes que ocupavam as fazendas do lugar. [...] Ganhou elogio do coronel Otto Feio que comandava as operações na região” (GASPARI, 2003, p. 35). Recebeu o direito de ser promovido a capitão, mas abdicou da promoção para não passar à frente, hierarquicamente, dos irmãos há mais tempo no Exército.

Em novembro estava de volta à Paraíba. Em 26 de janeiro de 1935, exonerou-se dos cargos civis, decidido a servir o Exército até ir à reserva por idade. Posteriormente, voltou ao Rio de Janeiro designado para servir no Grupo-Escola de Artilharia. Em novembro daquele ano, combateu a revolta comunista surgida nas Forças Armadas. Desde então passou a odiar o comunismo. Apoiou o Golpe de Estado efetuado por Getúlio Vargas em 1937, como disse a D’Araújo e Castro (1998, p. 81). Em 1939, assumiu Artilharia na Escola Militar do Realengo.

No mesmo ano começou a namorar a prima Lucy Markus, filha de uma irmã de sua mãe. O casamento deu-se em 10 de janeiro de 1940. Em novembro daquele ano nasceu o primeiro filho do casal, Orlando Geisel Sobrinho. Em 1940 a II Guerra Mundial já havia começado. Cogitava-se no Brasil que alguns milhares de soldados iriam à guerra. No ano seguinte Ernesto ingressou na Escola do Estado-Maior do Exército. Foi uma fase de evolução intelectual. Ao terminar o curso, em agosto de 1943, foi promovido a major do Exército.

Aos 10 de janeiro de 1945, nasceu Amália Lucy Geisel, segunda filha do casal Geisel. Em outubro de 1945 terminou o Estado Novo que Getúlio Vargas havia implantado. Após a eleição do marechal Eurico Gaspar Dutra (PSD), Geisel tornou-se secretário do Conselho de Segurança Nacional. Em 1948, foi promovido a tenente-coronel. Em 1952 ingressou na Escola Superior de Guerra (ESG). Em abril do ano seguinte, foi promovido a coronel. Com a posse de Café Filho (PTB), tornou-se sub-chefe do Gabinete Militar.

⁵ Esta Revolução é chamada de Constitucionalista, porque os revolucionários do estado de São Paulo queriam interromper a ditadura criada por Getúlio com o nome de “governo provisório” e convocar uma assembléia constituinte para implantar um regime democrático. A Revolução de 32 tinha um olho voltado para o passado e outro para o futuro. No passado estava sua base de sustentação, que era em larga medida, a velha oligarquia da classe média paulista. E para o futuro porque defendia o regime democrático, vital para o País.

Em julho de 1957, passou a fazer parte do Conselho Nacional do Petróleo (CNP) sem desligar-se de suas outras atribuições. Antes da posse de Jânio Quadros (UDN), em 31 de janeiro de 1961, Geisel exonerou-se do Conselho Nacional do Petróleo. Em 15 de março daquele ano, foi promovido a general-de-brigada. Recebeu, em abril, o comando da 11ª Região Militar situada em Brasília. Sem base de sustentação no Congresso, Jânio renunciou em 25 de agosto de 1961. O vice-presidente eleito, João Goulart, encontrava-se na China.

O presidente da Câmara dos Deputados, Paschoal Ranieri Mazzilli assumiu a presidência da República, de forma interina. Após sua posse, Geisel foi nomeado chefe do Gabinete Militar do Presidente e secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional. Após a posse de Goulart em 7 de setembro de 1961, Ernesto exonerou-se de todas as suas funções por não concordar com os rumos que começavam a ser dados ao País. Em fevereiro de 1962 o general Geisel assumiu o comando da Artilharia da 5ª Região Militar, em Curitiba.

Executado pelas Forças Armadas com o apoio da elite civil, o movimento de deposição de Goulart em 1964, segundo os militares, surgiu devido a um clamor popular. O povo, porém, não teve participação significativa, informa Ronaldo Couto (1999, p. 17). Com a posse do general Castello Branco, Ernesto Geisel foi nomeado chefe do Gabinete Militar da presidência da República. Era a quarta vez que servia num gabinete presidencial. Estivera em 1945 com Eurico Gaspar Dutra; em 1954, com Café Filho e, em 1961, com Jânio Quadros.

Ernesto tornou-se um dos conselheiros do presidente Castello Branco. Em novembro de 1964 Castello Branco promoveu-o a general-de-divisão. No final de 1965 Ernesto posicionou-se a favor da decretação do AI-2 e do AI-3. Em novembro de 1966 Ernesto foi promovido outra vez. Tornara-se general-de-Exército. Estava credenciado a tornar-se presidente da República. “Sua promoção à quarta-estrela foi constrangedora. Tornou-se general-de-Exército em cinco anos e oito meses” (GASPARI, 2003, p. 101).

Antes de assumir, o novo Presidente convidou Geisel para comandar o IV Exército, responsável por todos os Estados do Norte e Nordeste. O convite não foi aceito e Ernesto permaneceu o Superior Tribunal Militar (STM). Foi duro com réus políticos, mas agiu com parcialidade em casos que envolviam companheiros militares. “Relatou sete processos.

Reduziu a pena de dois e absolveu um” (GASPARI, 2003, 103). Foi relator de 38 pedidos de *habeas corpus*. Concedeu apenas 13.

Definida a sucessão com a escolha do general Garrastazu Médici em outubro de 1969, Ernesto desligou-se do STM e tomou posse na presidência da Petrobrás. Em 1971, já era tido como o mais provável sucessor de Médici. O encontro do atual Presidente com seu sucessor para sacramentar a “indicação”, deu-se em 12 de junho de 1973. Gaspari (2003, p. 227) informa que, depois daquela reunião, “estava eleito o 21º presidente da República Federativa do Brasil. Tivera um voto, o de Médici”. Sua confirmação dar-se-ia em janeiro de 1974.

Ao contrário do que acontecia desde 1964, a oposição resolvera participar daquela “eleição” para a presidência da República. A chapa do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), foi encabeçada pelo deputado federal Ulysses Guimarães, candidato à Presidência, e pelo presidente da Academia Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho, candidato à vice. Por três meses os emedebistas percorreram o País denunciando o Regime sob o lema “Navegar é preciso, viver não é preciso”, alusão ao poema do poeta Fernando Pessoa.

Em 15 de janeiro de 1974, o Colégio Eleitoral formado por 503 integrantes, dos quais 401 pertenciam à Arena e 102 ao MDB, cumpriu sua função simbólica de legitimar o Regime em Brasília. A dupla Geisel-Adalberto recebeu 400 votos, contra 76 de Ulysses-Barbosa Lima. Aos 15 de março de 1974, ele tornou-se o quarto general-presidente do Brasil. Esta “foi à sucessão presidencial mais tranqüila desde 1964” (SKIDMORE, 2000, p. 315). O novo Presidente possuía estilo autocrático de governar e não o encanto de outros homens públicos.

Em suma, Geisel levou para o Planalto um cabedal de experiência dos mais ricos para um general de Exército. A exemplo de seu mentor, Castelo Branco, Ernesto detestava seu envolvimento em qualquer campanha de propaganda. As fotos oficiais mostravam agora um presidente cuja conduta austera era o oposto da fácil identificação do seu antecessor com jogadores da seleção de futebol (SKIDMORE, 2000, p. 317-318).

As notícias da “eleição” e da posse

Apresentamos a seguir, de forma sucinta, o histórico dos veículos de comunicação que estudamos para a realização deste trabalho, desde suas respectivas fundações até os dias atuais. Registramos com maiores detalhes suas relações com os governos militares, em especial no princípio da década de 1970. Os materiais que disponibilizamos, possibilitam conhecer o que as revistas *Manchete* e *Veja*, noticiaram sobre Ernesto Geisel, entre 15 de janeiro (sua “eleição”) e 15 de março de 1974 (sua posse) na presidência da República.

***Manchete*: condutora do otimismo das elites**

A revista *Manchete* começou a circular em 1952 fundada pelo imigrante russo, naturalizado brasileiro, Adolpho Bloch. Nos primeiros anos, as tiragens eram de aproximadamente 200 mil exemplares. Em 1956, já possuía um parque gráfico próprio e instalações de primeira qualidade. Passara por uma reforma gráfica e editorial que a tornou semelhante à francesa *Paris-Match*. Em suas páginas os brasileiros liam pouco sobre política, muito sobre esportes, comportamento, cinema, culinária e coberturas sociais.

Nos anos seguintes as páginas desta revista passaram a trazer um novo modelo de notícias baseado em muitas fotos e textos mais curtos. Durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), as íntimas relações entre seu proprietário e o Presidente propiciaram-lhe avanços operacionais e a consolidação do prestígio nacional. Sua linha editorial sempre se destacou pelo bom relacionamento com o governo, independentemente de quem fosse o presidente da República.

Durante as décadas de 1970 e 1980 as tiragens chegaram a quase 500 mil exemplares semanais. Durante toda a ditadura militar brasileira os governos dos generais-presidentes eram retratados como legítimos e suas obras ganhavam imenso destaque nas páginas dessa revista em virtude do bom relacionamento com o Planalto; supõe-se que esta publicação sequer recebia os “bilhetinhos” censórios do Ministério da Justiça. Após deixar de circular semanalmente na década de 1990, atualmente é publicada apenas em datas especiais.

A “eleição” e posse de Ernesto Geisel na *Manchete*

Aos 12 de janeiro de 1974, três dias antes da “eleição” de Ernesto Geisel para ocupar a presidência da República, a edição nº 1134 da revista *Manchete* trouxe reportagem



na página 12 sobre a sucessão presidencial que se aproximava. O título foi: “O Governo Geisel que entra e o Governo Médici que sai”. Receberam destaques as informações de que o novo Presidente não permitira que vazassem informações sobre a composição de seu ministério e que ele “receberá um País com um progresso de 11,4%” (MANCHETE, nº 1134, p. 12).

Uma semana depois, aos 19 de janeiro de 1974, *Manchete* circulou novamente, porém, sem reportagens sobre política. Aos 26 de janeiro o nº 1136 da revista trouxe reportagens sobre a eleição indireta do general Geisel ocorrida há 11 dias. Em tom propagandista ela anunciou que “O Brasil tem novo Presidente” e deixou transparecer o fato de que milhões de brasileiros sequer sabiam quem era o novo “eleito”. Fez questão de apresentá-lo ao seu público-alvo, formado por pessoas com alto poder aquisitivo, mas sem interesse por política.

O Brasil tem novo Presidente. Ele se chama Ernesto Geisel, é gaúcho de Bento Gonçalves, tem 66 anos, foi secretário de Finanças da Paraíba, chefe do Gabinete Militar do Presidente Castello Branco, ministro do Superior Tribunal Militar e presidente da Petrobrás. É um homem discreto, estudioso e digno. Foi eleito pelo Congresso para governar o Brasil no próximo quinquênio (MANCHETE, nº 1136, p. 12).

Nas páginas seguintes da mesma edição, a revista informou passo-a-passo como foi a “eleição”. De Ulysses Guimarães, candidato do MDB, publicou-se apenas uma foto e um resumo de seu discurso. Nas três primeiras edições de fevereiro, nº 1137 (2/2/1974), nº 1138 (9/2/1974) e nº 1139 (16/2/1974), *Manchete* não reportou assuntos políticos. Os destaques de cada edição foram respectivamente, a inauguração da hidrelétrica de Ilha Solteira; o incêndio no Edifício Joelma, em São Paulo e a inauguração da Rodovia Transamazônica.

Aos 23 de fevereiro de 1974 a edição nº 1140 de *Manchete* publicou reportagem sobre o cenário econômico do Brasil. Informou a seus leitores que “a continuidade administrativa do novo Presidente manterá o Brasil no rumo econômico certo” (MANCHETE, nº 1140, p. 18). Na edição posterior, o magazine destacou que “o povo elegeu seus representantes de forma direta (MANCHETE, nº 1141, p. 28). A edição nº 1142 de *Manchete*, publicada aos 9 de março de 1974, não noticiou informações políticas de qualquer espécie.

Na semana seguinte, a edição nº 1143, destacou a inauguração da ponte Rio-Niterói, última obra da gestão do presidente Médici. Oito dias após o general Ernesto Geisel ter sido empossado presidente da República, a *Manchete* nº 1144, de 23 de março de 1974, em tom otimista, apresentou na reportagem “O Brasil que Geisel vai governar”, índices de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Sua cobertura jornalística-social sobre o novo Presidente foi aberta na capa, com uma foto dele ao lado de sua mulher Lucy Geisel.

Na mesma edição, página 12, a reportagem “O novo Presidente em família”, apresentou de forma bastante informal, para contrapor-se ao imaginário nacional de que os generais-presidentes eram carrascos, o general Geisel em momentos descontraídos com a mulher, a filha Amália Lucy e a irmã Amália. Para fechar sua cobertura política neste exemplar, a revista publicou a reportagem “Começa agora o Brasil de Geisel”. O periódico escreveu que ele iria governar “uma Nação estável e segura” (MANCHETE, nº 1144, p. 66).

Na última semana de março de 1974 a edição nº 1145 de *Manchete*, publicada no dia 30, trouxe em 15 páginas a cobertura jornalística-social da cerimônia de posse de Ernesto Geisel ocorrida há 15 dias. Em toda a revista foram apresentados detalhes sobre o cerimonial de posse do presidente e do vice-presidente da República, da transmissão dos cargos ministeriais, da recepção e confraternização com as delegações oficiais vindas de outros países da América do Sul, EUA e Europa e da presença de várias personalidades brasileiras.

Veja: revista de notícias com estilo norte-americano

Fundada em setembro de 1968, esta revista do Grupo Abril, pertencente à família Civita, é atualmente a revista de informações semanais de maior circulação do Brasil. Nos meses anteriores à sua criação escolheu-se o modelo americano de *newsmagazine* (revista de notícias), inspirado na revista *Time*. Em entrevista a Paolo Marconi (1980, p. 86), o jornalista Mino Carta, primeiro editor-chefe da revista, afirmou que “a primeira manifestação de censura na *Veja* deu-se no seu nº 15. que foi apreendido nas bancas”.

A partir desse episódio o departamento censório do governo passou a atuar na revista. Até aquele instante, ela estava incluída na relação de publicações que recebiam os “bilhetinhos” que traziam as “sugestões” dos assuntos que não deveriam ser publicados. No

segundo semestre de 1973 aumentaram as pressões censórias na revista. Em 6/2/1974 *Veja* publicou a indicação de Dom Hélder Câmara, como concorrente ao Prêmio Nobel da Paz e partir daquela edição, por causa desta informação, foi punida com a censura prévia.

Em 1975 e 1976 este magazine foi impedido de noticiar as mortes por tortura do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho. Mino Carta foi editor-chefe da publicação até o segundo ano da gestão Geisel, quando, para retirar a censura prévia de *Veja*, o governo pediu sua “cabeça” ao proprietário da revista Roberto Civita. A partir da década de 1980 a revista passou a receber constantes reformas gráficas e possuía, em meados de 2005, conforme informações de seu Departamento de Atendimento ao Leitor, 940 mil assinantes.

A “eleição” e posse de Ernesto Geisel na *Veja*

A edição nº 280 da revista *Veja*, publicada aos 16 de janeiro de 1974, dia seguinte à “eleição” do general Ernesto Geisel, veiculou na página 19 a reportagem “Quinhentos apertos de mãos”, que destacou que após ser “eleito”, o novo Presidente foi cumprimentado por todos os seus “eleitores” da Arena e por alguns outros “correligionários” das Forças Armadas e de setores conservadores da sociedade. Na página 20 publicou-se que Ulysses Guimarães (MDB) sabia que participava de uma farsa (VEJA, nº 280, p. 20).

Na página 21 o magazine trouxe a seguinte afirmação a respeito do novo Presidente: “É um competente administrador público. No entanto, mistura as virtudes do candidato, com as virtudes do sistema preparado para elegê-lo” (VEJA, nº 280, p. 21). Na semana seguinte, a revista limitou-se a fazer do novo Presidente a capa daquela edição e a publicar, em algumas páginas internas, informações sobre a sessão que sacramentara a escolha do seu nome para suceder o presidente Médici. Tratou-a sem grande importância.

No nº 282 da revista *Veja*, publicado aos 30 de janeiro de 1974, a única reportagem sobre o novo governo está na página 19 com o título “Os eleitos e os premiados”. Ela destacou que até aquele instante existiam poucas certezas sobre a composição da equipe ministerial. A edição seguinte, nº 283, de 06/02/1974, noticiou quase que em sua totalidade, o incêndio ocorrido no Edifício Joelma no centro de São Paulo e os acontecimentos subsequentes deste episódio. Pouco foi noticiado de política por *Veja* naquela semana.

Aos 13 de fevereiro de 1974, a edição 284 de *Veja* circulou com capa que destacava as escolhas do senador Ney Braga para ocupar o ministério da Educação e do economista Mário Henrique Simonsen para comandar o ministério da Fazenda. A mesma reportagem informou que em viagem ao Rio Grande do Sul, o presidente “eleito” deixara de visitar as cidades de Bento Gonçalves, onde nasceu, e Estrela, onde cresceu e viveu parte da juventude para não deixar para trás a resolução de tarefas políticas (VEJA, nº 284, p. 20).

Uma semana depois, na edição nº 285, veiculada no dia 20 de fevereiro de 1974, a revista noticiou que Ernesto Geisel trabalhava em seu gabinete no Largo da Misericórdia, no Rio de Janeiro, para completar sua equipe ministerial antes do Carnaval. Aos 27 de fevereiro de 1974, a edição nº 286 da revista desfez as dúvidas acerca de quem seria o próximo ministro da Justiça. A publicação trouxe na capa uma foto do advogado Armando Falcão, homem escolhido por Ernesto Geisel para exercer a função.

A *Veja* nº 287, veiculada aos 6 de março de 1974, destacou a inauguração da ponte Rio-Niterói. Este ato recebeu da publicação o título de “O último grande ato de Garrastazu Médici” (VEJA, nº 287, p. 14). Sobre o novo governo, a revista noticiou os possíveis entendimentos que estavam sendo articulados pelo Palácio do Planalto e a Igreja. Nesta edição não existem fotos de Ernesto Geisel nem de seus ministros, tampouco qualquer reportagem sobre sua administração.

Aos 13 de março de 1974, a edição nº 288 trouxe o novo líder da Arena na Câmara, deputado Célio Borja, na capa, e afirmou em editorial publicado na página 13 que o Congresso Nacional, há uma década, vivia um período obscuro (VEJA, nº 288, p. 13). Entre as páginas 15 e 17, *Veja* destacou os acertos que eram realizados para a posse do general Geisel, que ocorreria em dois dias e que contaria de com a presença de oficiais das Forças Armadas, políticos, delegações oficiais de países da América do Sul, dos EUA e Europa.

Cinco dias após a posse de Ernesto Geisel na presidência da República, foi publicada a edição nº 289 do magazine aos 20 de março de 1974. Na capa, a publicação já deixou claro que a cobertura da sucessão presidencial seria o assunto principal daquela edição, ao retratar o momento em que Garrastazu Médici passava a faixa presidencial a seu sucessor no Palácio do Planalto observado por oficiais das Forças Armadas, políticos governistas, delegações estrangeiras e por representantes da Igreja Católica no Brasil. A

cobertura jornalística mesclou a utilização de textos e fotografias, seguindo o padrão das *newsmagazines* semanais dos EUA.

Sob censura prévia, percebe-se que *Veja* procurou noticiar os fatos da transição na ordem cronológica em que eles aconteceram e que noticiou pouco a respeito da oposição naquela edição a fim de evitar que suas matérias fossem cortadas ou vetadas, ocasionando desta forma a perda dos registros históricos daquela cerimônia. A reportagem “Uma posse sem retoques” afirmou que o Presidente “leu o compromisso de posse na Câmara dos Deputados, diante de um plenário lotado e atento a cada palavra lida” (VEJA, nº 289, p. 15).

Entre as páginas 21 e 24 a revista traçou um panorama da ditadura militar até aquele instante. Destacou, ainda, que a posse de Ernesto Geisel deu-se sem atrasos e que já no primeiro dia da nova administração “políticos e jornalistas puderam andar pelo Planalto com uma desenvoltura há muito coibida por razões de conveniência” (VEJA, nº 289, p. 23). A reportagem da página 29, “Uma frente de comércio”, destacou que iniciava-se um salutar relacionamento econômico com os vizinhos Chile, Bolívia e Uruguai, e sentenciou:

Ernesto Geisel talvez seja o Presidente que até hoje (1974) no Brasil, tenha se preparado com mais tempo para o cargo, e as circunstâncias especiais em que ele foi eleito e assumiu, refletiram-se nos termos do discurso: quatro dias depois da posse, tinha dois projetos de lei, um projeto de lei complementar, um minucioso programa de Governo, um levantamento da situação nacional. Não precisou de promessas. Apresentou planos (VEJA, nº 289, p. 20).

A propaganda ideológica na imprensa

Costumamos conhecer e nos é possível verificar nas propagandas políticas tradicionais quem são e o que desejam os agentes que as emitem, sejam eles quem forem. Em muitas oportunidades, porém, essas propagandas são emitidas sem que os receptores tenham condição de perceber quem as emitiu e o que desejam estes agentes que veiculam seus ideais e concepções, sem tornarem-se conhecidos. Neste ponto, onde se transmitem ideologias, encontra-se a propaganda ideológica. Para a filósofa Marilena Chauí (1984, p. 113-114),

a ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente das representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e

como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes, a partir das divisões na esfera da produção. Pelo contrário, a função da ideologia é a de apagar as diferenças como de classes e de fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Igualdade, a Nação e o Estado.

Conforme Nelson J. Garcia (1990a, p. 10-11), a função da propaganda ideológica é formar as idéias dos indivíduos e, com isso, orientar seu comportamento social. As idéias difundidas nem sempre deixam transparecer sua origem e seus objetivos. Por trás delas, existem grupos que precisam do apoio de outros para a realização de seus intentos e, com esse objetivo, procuram persuadi-los. Diante de tais informações, é possível afirmar que os diversos meios de comunicação são usados como canais de difusão ideológica.

Nelson Jahr Garcia (1990b, p. 16) que nos regimes autoritários a persuasão de idéias é indispensável para que se crie uma sensação de consenso nacional e para que se possa afrouxar as práticas repressivas ou legitimá-las. Nas sociedades democráticas, na maior parte dos casos, os meios de comunicação promovem atividades persuasivas para fazer com que as classes subalternas apóiem, mesmo que indiretamente, os desejos das classes economicamente dominantes sem perceberem o que realizam.

De acordo com Garcia (1990b, p. 37), as campanhas de propaganda ideológica realizadas nos jornais e revistas que estavam ao lado do Planalto após 1964, buscavam a construção de uma mobilização popular em torno da economia e a desmobilização na política. A elaboração de uma campanha de propaganda ideológica através dos meios de comunicação pode dar-se, para buscar a construção de uma imagem pública positiva de um único líder. Enquanto a população acreditar nele, não percebe suas falhas.

Depois de elaborada a estratégia de ação da propaganda ideológica, Garcia (1990a, p. 44-77) definiu quatro estágios que devem ser observados durante a sua realização:

1º) Codificação – a propaganda, para transmitir a ideologia, precisa adaptar as idéias nela contidas às condições e à capacidade dos receptores de tal forma que tenham sua atenção despertada para as mensagens e consigam entender seu significado. É o processo pelo qual as idéias são transformadas em mensagens passíveis de serem transmitidas e entendidas.

2º) Controle ideológico – compreende todas as formas utilizadas para que determinados indivíduos e grupos não tenham condições de perceber sua realidade e, assim, fiquem impedidos de formar opinião própria. Nesta categoria encontram-se a censura oficial da imprensa, autocensura

intelectual, repressão física, cooptação de lideranças, prisões e sanções econômicas. Há, ainda, a técnica de encher os meios de comunicação com notícias “atraentes”. 3º) Contrapropaganda – caracteriza-se pelo emprego de técnicas que visam amenizar o impacto das mensagens opostas, anulando seu efeito persuasivo. Procura colocar as idéias dos adversários em contradição com a realidade dos fatos. Pode atuar pelo temor, mostrando que os planos adversários, se concretizados, podem causar prejuízos e malefícios às pessoas.

4º) Difusão – trata-se da veiculação das mensagens para os receptores pelos mais diversos suportes técnicos (jornais, revistas, rádios, TV, cinema, via oral, internet, alto-falantes, cartazes, faixas, muros, slogans, símbolos, moedas, estátuas, etc). Para Adolpho Queiroz (2001, p. 70) “é a partir da difusão que surge a possibilidade de produzir a impressão de unanimidade”.

Análise

Com base nos estágios de propaganda ideológica traçados por Garcia (1990a), fizemos a análise das edições estudadas, para identificar como as revistas construíram a imagem pública de Ernesto Geisel. É viável explicar que no item Codificação observamos diversos gêneros jornalísticos: títulos; editoriais; reportagens; notícias; legendas e fotografias. Em Controle Ideológico, fizemos uma observação das intervenções do governo. Como Contrapropaganda, considerar-se-ão as informações que caracterizam embaraços à imagem do general Geisel. Em Difusão, apontaremos dados sobre a circulação dos periódicos.

Manchete

Edição	Codificação	Controle Ideológico	Contrapropaganda	Difusão
Nº 1134 (12/01/1974)	SIM	SIM	NÃO	350.000 aprox. ⁰⁶

⁰⁶ As informações sobre a tiragem semanal aproximada da revista *Manchete* foram obtidas através de entrevista telefônica com o jornalista Lincoln Martins, diretor de circulação da publicação em 1974, realizada aos 17 de outubro de 2006. Ao ser informado sobre os principais destaques de cada edição, ele apontou as possíveis tiragens por meio de sua memória. Os mapas de publicação e distribuição originais estão, segundo ele, sob posse da Justiça carioca, bem como todo o restante dos documentos, arquivos e equipamentos da massa falida da editora Bloch. Conforme o entrevistado, 50% das



Nº 1135 (19/01/1974)	NÃO	SIM	NÃO	350.000 aprox.
Nº 1136 (26/01/1974)	SIM	SIM	SIM	350.000 aprox.
Nº 1137 (02/02/1974)	NÃO	SIM	NÃO	350.000 aprox.
Nº 1138 (09/02/1974)	NÃO	SIM	NÃO	400.000 aprox.
Nº 1139 (16/02/1974)	NÃO	SIM	NÃO	400.000 aprox.
Nº 1140 (23/02/1974)	SIM	SIM	NÃO	350.000 aprox.
Nº 1141 (02/03/1974)	SIM	SIM	NÃO	350.000 aprox.
Nº 1142 (09/03/1974)	NÃO	SIM	SIM	500.000 aprox.
Nº 1143 (16/03/1974)	SIM	SIM	NÃO	400.000 aprox.
Nº 1144 (23/03/1974)	SIM	SIM	NÃO	400.000 aprox.
Nº 1145 (30/03/1974)	SIM	SIM	NÃO	400.000 aprox.

Veja

Edição	Codificação	Controle Ideológico	Contrapropaganda	Difusão
Nº 280 (16/01/1974)	SIM	SIM	SIM	190.000 ⁰⁷

tiragens da revista eram distribuídas nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, além de Brasília. Os outros 50% eram divididos naquilo que ele chamou de “grupo de 40 cidades”, formado por outras capitais estaduais como Goiânia/GO, Recife/PE, Campo Grande/MS São Luís/MA, Porto Alegre/RS, Belo Horizonte/MG, Curitiba/PR, Fortaleza/CE, Florianópolis/SC e Salvador/BA e por “capitais-regionais” (cidades importantes dentro de um determinado estado), como Maringá/PR, Juíz de Fora/MG, Joinvile/SC e Uberaba/MG. Lincoln Martins pode ser contatado pelo telefone (21) 2667-8992. Seu endereço é avenida N. S. de Copacabana, nº 1246, ap. 903, Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22070-012. Toda a conversa deu-se sobre a impressão, circulação e distribuição da *Manchete* durante o ano de 1974.

⁰⁷ Para obtermos os dados referentes às tiragens da revista *Veja* em 1974, solicitamos informações por e-mail a Gabriella Sandoval, responsável pelo departamento de Atendimento ao Leitor da referida publicação. Após o recebimento das solicitações, tivemos a oportunidade de obter desta funcionária, através de entrevista telefônica realizada aos 26 de outubro de 2006, a informação de que na década de 1970, a maior parte dos exemplares ficava nas regiões Sul e Sudeste e



Nº 281 (23/01/1974)	SIM	SIM	SIM	190.000
Nº 282 (30/01/1974)	SIM	SIM	NÃO	190.000
Nº 283 (06/02/1974)	SIM	SIM	SIM	190.000
Nº 284 (13/02/1974)	SIM	SIM	NÃO	190.000
Nº 285 (20/02/1974)	SIM	SIM	NÃO	190.000
Nº 286 (27/02/1974)	SIM	SIM	NÃO	190.000
Nº 287 (06/03/1974)	SIM	SIM	NÃO	190.000
Nº 288 (13/03/1974)	SIM	SIM	SIM	190.000
Nº 289 (20/03/1974)	SIM	SIM	NÃO	190.000

Considerações finais

A posse do general Ernesto Geisel na presidência da República do Brasil aos 15 de março de 1974 representou, durante a ditadura militar brasileira, um fato singular. É evidente que o desejo do general-presidente que deixava o Palácio do Planalto fez-se presente na escolha de seu sucessor. Além dele, cremos que as qualidades pessoais do “candidato” governista, tido como competente administrador público pelo empresariado nacional, internacional e pela oposição política, contribuíram a favor de sua indicação e “eleição”.

As edições estudadas da *Manchete* revelam que o principal objetivo militar por meio deste periódico, era passar aos leitores a impressão de que o Brasil se desenvolvia sob total liberdade democrática. De Ernesto Geisel, elas destacavam sua capacidade administrativa, dedicação aos estudos, simplicidade pessoal, devoção familiar e respeito adquirido junto aos militares, políticos e empresários, além da aversão a bajulações sociais. Isto vai ao encontro do que Garcia (1990a, p. 40) propõe para uma campanha de propaganda ideológica.

no Distrito Federal. “Também eram enviadas revistas para outras regiões, mas não sei dizer o quanto. Não tenho disponíveis os mapas de distribuição daquela época, nem temos mais funcionários daqueles anos” afirmou Sandoval. O departamento de Atendimento ao Leitor da revista *Veja*, pode ser utilizado por meio do telefone 11/3037-2523 ou pessoalmente na Avenida Nações Unidas, nº 7221, 19º andar, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP: 05425-902.

Das 11 edições analisadas de *Veja* no período de pesquisas estabelecido, todas trouxeram informações sobre a sucessão presidencial, composições ministeriais e demais assuntos políticos que afluíam no País. Este magazine desde o seu surgimento prioriza as coberturas políticas em suas páginas. Suas reportagens que traziam informações sobre o novo Presidente mostravam-no como um homem dedicado ao trabalho e aos estudos, portador de experiência administrativa e patriota. Garcia (1990a, p. 40) refere-se a este posicionamento.

Depois do exame das edições selecionadas das revistas *Manchete* e *Veja* para este trabalho, concluímos que as características pessoais e profissionais de Ernesto Geisel que foram mais destacadas pela mídia entre sua “eleição” e posse foram: competência administrativa; dedicação ao trabalho e aos estudos dos problemas nacionais; aversão a bajulações sociais; comprometimento com a manutenção do desenvolvimento do Brasil; apego familiar e patriotismo.

Referências bibliográficas

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1984. 126p.

D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (orgs). **Ernesto Geisel**. 5ªed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. 496p.

FALCÃO, Armando. **Geisel: do tenente ao presidente**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. 283p.

GARCIA, Nelson Jähr. **O que é propaganda ideológica**. 9ªed. São Paulo: Brasiliense, 1990a. 89p.

GARCIA, Nelson Jähr. **Sadismo, sedução e silêncio: propaganda e controle ideológico no Brasil: 1964-1980**. São Paulo: Loyola, 1990b. 168p.

GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 544p.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. 304p.

MANCHETE. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 22, nº 1134, 12 jan. 1974 a ano 22, nº 1145, 23 mar. 1974.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira: (1968-1978)**. São Paulo: Global, 1980. 312p.



QUEIROZ, Adolpho et alli. Eleições presidenciais no Brasil em 2002: uma leitura de propaganda ideológica nas revistas Veja e Isto É. In: XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom 2003, Belo Horizonte. **Mídia, Ética e Sociedade**. PUC-Minas, 2003.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 2ªed. São Paulo: Atlas, 1989. 334p.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 7ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, 616p.

VEJA. São Paulo: Abril, ano 06, nº 280, 16 jan. 1974 a ano 06, nº 289, 20 mar. 1974.